

## **DESENVOLVIMENTO INDIANO A PARTIR DAS REFORMAS MACROECONÔMICAS DE 1990**

Desenvolvimento Indiano a Partir das Reformas  
Macroeconômicas de 1990

*Ariane Bayer de Oliveira<sup>1</sup>*  
*Francisco Tuhtenhagen Jr.<sup>2</sup>*  
*Jacqueline A. H. Haffner<sup>3</sup>*

### **1 INTRODUÇÃO**

No início do século XXI, a Índia destacou-se no cenário internacional por seu expressivo desempenho macroeconômico, caracterizado por altas taxas de crescimento do PIB (média de 6,3% entre 2000 e 2005), inflação baixa e crescimento das exportações, principalmente de serviços ligados à tecnologia. Em 2003, a Goldman Sachs previu que o PIB do país deve ultrapassar o da França e Itália em 2020, ultrapassando também a Alemanha, em 2025, e o Japão, em 2035. As projeções atuais apontam que essa superpotência econômica emergente representará a terceira maior economia mundial em 2035, atrás apenas dos Estados Unidos e da China.

Para compreender como ocorreu o processo de ascensão econômica indiano, é preciso analisar de que maneira as diferentes propostas políticas de partidos que se alternavam no poder influenciaram o modelo de desenvolvimento seguido pela Índia. Antes disso, é necessário compreender como esses partidos agiram na década de 1990, quando as reformas nas políticas econômicas estabelecidas pelo governo possibilitaram a abertura do mercado à competição e aos investimentos internacionais, a modernização do sistema financeiro e a redução dos monopólios do setor público. Até esse período, no entanto, a economia indiana se mostrava quase estagnada quando, a partir da década de

---

<sup>1</sup> Acadêmica de Relações Internacionais e Bolsista de Iniciação Científica da UFRGS. aryanabayer@hotmail.com

<sup>2</sup> Acadêmico de Relações Internacionais da UFRGS. francisco.t\_jr@hotmail.com

<sup>3</sup> Professora da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. jacqueline\_haffner@hotmail.com

1980, medidas liberalizantes começaram a impulsionar o país à modernização, influenciadas pela cultura hindu. A partir dessa análise político-cultural, o presente trabalho se propõe a verificar primeiramente, as principais decisões político-econômicas que delinearam o crescimento da potência emergente, desde a Independência com relação à Inglaterra, em 1947, até o século XXI. Em seguida, o trabalho analisa o desenvolvimento econômico indiano, procurando explicitar as reais influências das reformas chamadas liberalizantes, introduzidas em 1991, na economia indiana, analisando também os resultados e perspectivas futuras no desenvolvimento da Índia.

## **2 CONSTRUÇÃO POLÍTICA INDIANA**

Quando, por volta o século XVII, iniciaram-se as primeiras incursões britânicas no subcontinente indo-asiático, o território que, bem mais tarde, viria a formar a Índia nada mais era do que uma série de principados e pequenos reinos semi-feudais, os quais tinham sua própria língua, cultura, seus próprios códigos, enfim, havia uma diversificação imensa. No século XVII teve início, então, a colonização da região indo-asiática, que culminou, em 1849, com a submissão da última resistência ao domínio britânico, o povo *sijh*. Estavam, pois, constituídas as possessões britânicas naquela região, entre os rios Indo e Brahmaputra, desde o Himalaia até o Cabo Comorin.

### **2.1 Sistema Político Indiano: Origem e Desenvolvimento**

Os britânicos estabeleceram uma administração central na Índia e, com o tempo, foram unificando o território sob seu domínio, o que contou com a ajuda da divulgação do inglês como língua unificadora, uma vez que cada povoado tinha dialetos e escritas próprias. Também concorreram para esta unificação a formação de um sistema de transportes e de comunicação integrados (tendo as ferrovias, até hoje muito importantes no país, como principal meio de transporte), o estabelecimento de um sistema único de educação e leis, além do crescimento econômico proporcionado – neste ponto, é importante notar que a Índia ainda era quase semi-feudal, com muito pouco desenvolvimento econômico, portanto, qualquer progresso no sentido capitalista era de

suma significância neste contexto. Foi sendo, assim, criada a consciência nacional indiana.

No final do século XIX, surgiu e se intensificou rapidamente o nacionalismo indiano. Primeiramente, tal nacionalismo exigiu maior autonomia político-administrativa, depois, culminou nos protestos pela independência, obtida a 15 de agosto de 1947, adotando-se, em 1950, uma Constituição Federal. É importante ressaltar que, o Protetorado Britânico não abarcava somente o que hoje é conhecido como Índia, mas também duas regiões de maioria muçulmana - o Paquistão Ocidental e Oriental. Essa questão foi resolvida depois da Guerra da Partição, em que os territórios em questão, antes sob o mesmo domínio britânico, foram divididos em dois Estados Independentes: a República Islâmica do Paquistão (Ocidental e Oriental) e a União Indiana (posterior República da Índia). É importante notar que, apesar de haver uma distensão nos conflitos entre muçulmanos e hindus, com a separação dos dois territórios, a Índia ainda continuou com domínio sobre outros territórios de maioria muçulmana, como é o caso da Caxemira, que acarretará problemas posteriores de insurgências e conflitos.

A promulgação da Constituição Indiana, por sua vez, data de 26 de janeiro de 1950 e é embasada no sistema parlamentarista britânico. É reconhecida também por ser um dos documentos deste tipo mais extensos do mundo, contando com 397 artigos e 9 capítulos, sendo, por inúmeras vezes, emendada<sup>4</sup>. Em seu preâmbulo, a Constituição indiana estipula que o governo deve ser democrático, secular, parlamentarista e federal, e declara que a Índia deve ser um Estado soberano, e democrático, cuja obrigação fundamental é esforçar-se na busca da igualdade, fraternidade, liberdade e justiça entre seus cidadãos<sup>5</sup>. Ainda, referente à Constituição, cabe destacar que ela prevê a ilegalidade do sistema de castas e da “intocabilidade”, que levava cerca de 40 milhões de hindus a condições de degradação e humilhação sociais e econômicas<sup>6</sup>, por serem considerados, de acordo com a tradição hinduísta, pessoas de grupos sociais inferiores.

---

<sup>4</sup> *Sistema político indiano*, disponível no link <http://www.bibliojuridica.org/libros/2/529/4.pdf>.

<sup>5</sup> *Sistema político indiano*, disponível no link <http://www.bibliojuridica.org/libros/2/529/4.pdf>.

<sup>6</sup> IDEM.

Sendo assim, é determinada a proteção do que é chamado de “castas e grupos tribais catalogados”, para evitar que estes sejam objetos de abuso e discriminação.

## **2.2 Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judicial**

O Presidente da República é o Chefe de Estado e representante da União. É designado para um mandato de cinco anos com possibilidade de reeleição por um Colégio Eleitoral composto pelos representantes eleitos, tanto para as câmaras legislativas nacionais, como para as locais. Como nas demais Repúblicas Parlamentaristas, na Índia, o presidente assume o papel meramente formal de chefe de Estado, devendo sempre atuar em conformidade com as diretrizes regradadas pelo primeiro-ministro e por seu gabinete. Possui também a função de representar o país perante a comunidade internacional, além do poder de dissolver o Parlamento - *Lok Sabha*, apenas - e convocar eleições legislativas para a formação de um novo governo.

As funções práticas e de tomadas de decisões e projetos políticos a serem seguidos recaem sobre o primeiro-ministro e seu gabinete, os quais pertencem ao partido ou coalizão que obtém maioria nas eleições legislativas gerais. O legislativo é composto por uma Câmara Federal (*Rajya Sabha*) – com 245 deputados, eleitos de forma indireta, e na qual são representados os interesses das unidades federativas - e pela Câmara do Povo (*Lok Sabha*) – com 545 deputados eleitos por colégio eleitoral -, além das Câmaras Regionais de cada colégio. Tanto na *Rajya Sabha*, quanto na *Lok Sabha*, as unidades federativas têm uma representação proporcional à sua população.

O poder judicial, por sua vez, é baseado no sistema estadunidense, com total autonomia<sup>7</sup>. A autoridade judicial indiana se exerce por um sistema de tribunais nacionais que administram as leis da República e dos estados federados. Todos os juízes são nomeados pelo Presidente da República, mas contam com a salvaguarda de sua autonomia garantida através de inúmeras cláusulas.

---

<sup>7</sup> IBDEM.

### 2.3 O Federalismo indiano

O federalismo na Índia, por muitos anos foi tido apenas como mera formalidade, sendo o poder muito centralizado nos Chefes de Estado indianos – principalmente na época de Indira Gandhi. Contudo, nos últimos anos, sobretudo, a partir da década de 1990, a Índia passou a conhecer uma relativa descentralização do poder, ainda que o poder central seja muito forte. A Índia é um Estado Federal composto por 25 estados e 7 territórios<sup>8</sup>, os quais estão arrançados territorialmente tendo em vista, primeiramente, as afinidades lingüísticas e culturais – o país tem por volta de 20 idiomas oficiais e uma infinidade de dialetos distintos, além de conviver com inúmeros credos e religiões.

Os estados são formalmente autônomos e soberanos, cada um contando com sua própria Constituição – sem ferir a Constituição Nacional - e com seus próprios governantes, com o governador designado pelo Presidente da República.

### 2.4 Sistema Partidário Indiano

Nesta parte, passa-se a analisar brevemente os principais partidos políticos indianos e cada plataforma de governo, assim como suas origens sociais e culturais. Neste sentido, isto é importante para que se possa compreender o contexto em que a sociedade política indiana se desenvolveu, bem como ter com maior clareza os aspectos que a levaram, primeiro, a anos de centralização do poder nas mãos do Estado e, depois, às reformas liberalizantes das décadas de 1980 e 1990, discutidas mais adiante.

A principal agremiação política do país é o *Congress Party*, que é o maior partido do mundo em número de simpatizantes e eleitores, contando, há alguns anos atrás, com mais de 40 milhões de filiados. Tem suas origens na luta pela independência da Índia, tornando-se, quando obtida a independência, o partido político das duas maiores personalidades do país: Mohandas Gandhi e Jawaharlal Nehru. Os dois políticos, embora tivessem lutado juntos pelo fim do domínio britânico e fossem grandes amigos, tinham visões diferentes do modelo de desenvolvimento que deveria ser adotado; enquanto o *Mahatma* tinha uma ideia mais voltada para a agricultura e a volta do país para uma

---

<sup>8</sup> *Sistema político indiano*, disponível no link <http://www.bibliojuridica.org/libros/2/529/4.pdf>.

economia pastoral, Nehru era voltado à modernidade, ao desenvolvimento industrial, embora não abandonasse seus matizes socialistas e populistas.

Com a morte de Nehru, em meados da década de 1960, após um pequeno período em que a liderança do partido não esteve nas mãos da família, sua filha, Indira Gandhi, assumiu a frente e tornou-se primeira-ministra. O período de Indira foi politicamente controverso, embora ela fosse uma líder aos moldes de seu pai, na década de 1970, envolta em escândalos de corrupção e favorecimentos, aliados a uma política de contenção de natalidade desumana, a primeira-ministra foi condenada a perder seu cargo e seu assento no parlamento. Para defender-se destas medidas, foi decretado Estado de Emergência, mostrando a face mais ditatorial e absolutista da líder. Indira não governou ininterruptamente, teve que ceder o posto à coalizão de oposição entre o final dos anos 1970 e o início dos anos 1980. Quando voltou ao poder, ocorreu a “Operação Blue Star”, quando, na região do Punjab, extremistas *sikhs* se enclausuraram no mais importante templo indiano desta religião, empreendendo uma revolta armada contra o governo. Para combater os rebeldes, o governo acabou por arrasar o templo sagrado, o que gerou revolta desta parcela da população. Isso levou ao assassinato da primeira-ministra, em 1984.

Após o atentado que vitimou Indira Gandhi, Rajiv Gandhi, seu herdeiro, foi chamado a assumir o poder, permanecendo até 1989, quando o *Congress Party* perdeu as eleições. Na sua época, o feito mais importante foi a gradual liberalização da economia, abertura ao investimento estrangeiro e promessas de combate a corrupção, embora o nome do próprio primeiro-ministro estivesse envolvido em denúncias. Sua falta de habilidade na questão do conflito tâmil, na ilha vizinha do Sri Lanka, acabaria levando a um atentado que culminou na sua morte, na campanha para as eleições de 1991. Com a vitória em 1991, no ano seguinte, o *Congress* voltou ao poder sob a liderança de Narasimha Rao, porém, nesta década, o partido viveu sua maior crise, abrindo maior espaço para a oposição, que conheceu seu período de maior êxito na história indiana. Desde 2004, o Partido do Congresso está de volta ao poder, sob a liderança de Sonia Gandhi – viúva de Rajiv – a qual declinou do posto de primeira-

ministra, inclusive pelo fato de ter nascido italiana, em favor de seu colega, o *sikh* Manmohan Singh.

O principal partido de oposição ao *Congress* é o BJP – *Barathya Janata Party*. Este partido foi fundado em 1980, com a dissolução da coalizão *Janata*, e traz em seu discurso a tônica de uma Índia hinduísta ortodoxa, nacionalista, conservadora e protecionista<sup>9</sup>. Formado por dois líderes nacionalistas hindus ortodoxos, A. B. Vajpayee e L. K. Advani, este partido começou a ganhar força em meados da década em que foi fundado, na medida em que o Partido do Congresso via decrescer a sua popularidade. Em 1993, o BJP protagonizou um grande escândalo na região de Ayodhya, quando o governo local, liderado pelo partido, promoveu a destruição de uma mesquita para a construção de um templo hindu – este episódio exemplifica o pensamento do BJP de que a Índia deve ser para os hindus, e as outras etnias, assim como os estrangeiros, devem estar em segundo plano. Quando em 1998, o partido conseguiu, enfim, formar uma aliança capaz de concretizar um governo sob sua liderança, foi dada continuidade à política de liberalização econômica, porém, com certas ressalvas, sobretudo, ao investimento externo direto. Salvo nos aspectos políticos internos (comunalismo, defesa do hinduísmo, as relações animosas com o Paquistão e o confronto com as minorias étnicas, que geraram insegurança), o BJP registrou poucas diferenças com relação ao *Congress* quando esteve no governo<sup>10</sup>. Embora, em seu período no governo, a Índia tenha alcançado altas taxas de crescimento, criando o *slogan* “a Índia que reluz”, o partido não obteve sucesso na divisão deste crescimento, sendo muito criticado por não saber lidar com a enorme concentração de renda e as desigualdades maiores ainda. Assim, nas eleições de 2004, o partido perdeu o comando do governo para o *Congress*, novamente. Os opositoristas do BJP criticavam o *slogan* de campanha: “a Índia que reluz, não brilha para todos”.

Além destes dois protagonistas na esfera nacional, há outros partidos de atuação em todo o território, mas de menor significância, como é o caso do Partido Comunista

---

<sup>9</sup> *Sistema de Partidos en Índia*, disponível no link <http://www.bibliojuridica.org/libros/2/529/6.pdf>.

<sup>10</sup> LIMA, Marcos Costa; *Índia: avanços, problemas e perspectivas*. Disponível no link [http://www.ufmg.br/cei/wp-content/uploads/artigo\\_india\\_itamaraty\\_1\\_marcos\\_costa\\_lima.doc](http://www.ufmg.br/cei/wp-content/uploads/artigo_india_itamaraty_1_marcos_costa_lima.doc).

Indiano (PCI), o Partido Comunista Indiano – Marxista (PCI-M), a Frente Unida (coalizão de centro-esquerda), além de incontáveis partidos de âmbito regional apenas, os quais exercem influência praticamente limitada a suas circunscrições.

Para entender melhor estas informações, no quadro 1 abaixo, são apresentados todos os primeiros-ministros Indianos desde 1947 até os dias de hoje.

**Quadro 1: Primeiros-Ministros indianos (desde 1947)**

<b>Ano</b>	<b>Primeiro-Ministro</b>	<b>Partido/Coalizão</b>
<b>1947-1964</b>	Jawaharlal Nehru	<i>Congress Party</i>
<b>1964</b>	Gulzari Lal Nanda	<i>Congress Party</i>
<b>1964-1966</b>	Lal Bahadur Shastri	<i>Congress Party</i>
<b>1966</b>	Gulzari Lal Nanda	<i>Congress Party</i>
<b>1966-1977</b>	Indira Gandhi	<i>Congress Party</i>
<b>1977-1979</b>	Morarji Desai	<i>Janata Party</i>
<b>1979-1980</b>	Charan Singh	<i>Janata Party</i>
<b>1980-1984</b>	Indira Gandhi	<i>Congress Party</i>
<b>1984-1989</b>	Rajiv Gandhi	<i>Congress Party</i>
<b>1989-1990</b>	Vishwanath Pratap Singh	<i>Janata Dal</i>
<b>1990-1991</b>	Chandra Shekhar	<i>Janata Dal</i>
<b>1991-1996</b>	Narasimha Rao	<i>Congress</i>
<b>1996</b>	Atal Bihari Vajpayee	<i>Bharatiya Janata Party</i>
<b>1996-1997</b>	H. D. Deve Gowda	<i>Janata Dal</i>
<b>1997-1998</b>	Inder Kumar Gujral	<i>Janata Dal</i>
<b>1998-2004</b>	Atal Bihari Vajpayee	<i>Bharatiya Janata Party</i>
<b>2004-</b>	Manmohan Singh	<i>Congress Party</i>

Fonte: Prime Minister's Office (<http://pmindia.nic.in>).



### 3 DECISÕES POLÍTICO-ECONÔMICAS NO PERÍODO PÓS-INDEPENDÊNCIA (1947 – 1980)

A Independência Indiana foi seguida pela ascensão do Partido do Congresso (*Indian National Congress Party*) ao governo Federal, posição em que se manteve até a década de 90, com exceção de dois breves períodos nos anos 70 e 80. Enquanto no poder, o partido de Indira Gandhi, Rajiv Gandhi e Jawarharlal Nehru, formulou e supervisionou políticas econômicas voltadas para a erradicação da pobreza, sob o lema *Garibi Hatao* (erradicar a pobreza), e devido às influências remanescentes do domínio inglês, buscou implementar políticas social-democratas que asseguravam a popularidade do partido. Essa opção política caracterizou-se pelo alto grau de protecionismo, nacionalização e regulação estatal, que se refletiram em uma taxa de crescimento baixa até 1980. Além disso, o intervencionismo estatal nos mercados de trabalho e financeiro e o planejamento central, que objetivavam a industrialização através da substituição de importações, assemelhavam-se ao sistema socialista soviético, com as decisões relativas a indústrias, extração de minérios, telecomunicações, infra-estrutura, licenças para negócios, entre outros, altamente centralizados pelo governo federal. Nesse sentido, o governo de Indira Ghandi nacionaliza o setor bancário que passa a representar 70% dos investimentos na indústria, enquanto os bancos privados e estrangeiros representavam apenas 18,2% e 6,5%, respectivamente. No período em que a Índia foi governada pela filha de Nehru, o país ficou conhecido como a “economia capitalista mais fechada do mundo”, tal era a intensidade do controle governamental.<sup>11</sup>

No entanto, a meta desse planejamento estatal voltado tanto para o fomento de indústrias pesadas de capital e tecnologia intensiva, quanto para o subsídio a indústrias tradicionais, era promover o desenvolvimento econômico a altas taxas de crescimento. Contudo, o que se observou foi uma *taxa hindu* de crescimento econômico (apelido pejorativo que compara o baixo desempenho indiano ao significativo crescimento dos Tigres Asiáticos). Apesar dos índices ínfimos de crescimento industrial, o setor agrícola passou por uma Revolução Verde Indiana, devido aos investimentos em pesquisa de

---

<sup>11</sup> BARBOSA, Marcel Jaroski; *Crescimento Econômico da Índia antes e depois das reformas de 1985/1993*. Porto Alegre: PUCRS: 2008.

seleção de grãos de alta qualidade e ao uso progressivo de fertilizantes e da irrigação. Esse progresso na agricultura favoreceu o partido no cumprimento de seu objetivo de erradicação da pobreza, visto que o alto nível de produtividade reduziu significativamente a fome e levou o país à auto-suficiência alimentar.

Entre 1977 e 1980, a Coalizão *Janata* assume o governo federal e tenta lutar contra os baixos índices de crescimento econômico, através de um programa favorável aos negócios e ao desenvolvimento econômico. Porém, em 1980, Indira Gandhi volta ao poder apoiada pelo Partido do Congresso e continua a política econômica implantada após a independência. Ou continua até que a ruptura se mostrasse uma melhor alternativa.

#### **4 UMA MUDANÇA NO HORIZONTE (1980 – 1990)**

A volta de Indira Gandhi, na década de 80, traz modificações significativas na condução do desenvolvimento indiano. Ela abandona o *Garibi Hatao* e guia as decisões político-econômicas em direção a uma aliança entre Estado e setor privado, com objetivo principal de promover o crescimento econômico.<sup>12</sup> Na realidade, esse redirecionamento já mostrava sinais quando a crise mundial de 1973, engatilhada pelo aumento do preço do petróleo imposto pela OPEP, forçou um abandono crescente da estratégia de aproximação das massas e a adoção de uma orientação para o crescimento. Nesse sentido, Indira impôs rígido controle ao trabalho, aumentou concessões para os grandes negócios e freou o crescimento do setor público em relação aos projetos sociais, não se estendendo à economia.

Os incentivos ao grande negócio, característica principal dessa ruptura com o *modelo Hindu* de crescimento, foram possibilitados pela diluição do *Monopoly and Trade Restrictions Act* – MRTP (Ato de Restrição ao Comércio e ao Monopólio), reduzindo restrições a licenças e instigando a expansão daquele tipo de negócio. Além

---

<sup>12</sup> KHOLI, A. Politics of Economic Growth in India: 1980 – 2000. Apresentado na conferência State Politics in India in the 1990s. India International Center, Nova Delhi, 2004. p. 9-10.

disso, o governo adotou um papel ativo de incentivo a essa expansão do setor privado através da liberalização de crédito.

O governo de Indira acreditava ser vital o investimento público com o objetivo de promover o investimento privado, auxiliando, dessa maneira, a manter taxas aceleradas de crescimento econômico. A Tabela 1 revela que as taxas de crescimento passaram de 4,7% no período anterior às mudanças (1974-1979) para 5,7% a partir das modificações econômicas.

**TABELA 1: Taxa de crescimento da economia indiana - 1951/1985 (%)**

<b>Planos Quinquenais</b>	<b>PIB a custo de fator a preço de 1991/94 (média Indústria(% do PIB) anual)</b>	
<b>1° (1951/56)</b>	3,6	16,6
<b>2° (1956/61)</b>	4,2	18,8
<b>3° (1961/66)</b>	2,8	21,7
<b>1966/69</b>	3,8	20,7
<b>4° (1969/74)</b>	3,3	22,1
<b>5° (1974/79)</b>	4,7	24,2
<b>1978/80</b>	0,0	26,4
<b>6° (1980/85)</b>	5,7	25,8

*Fonte: Indian Planning Experience – A statistical Profile (2001)*

**Nota:** Em 1966/69 e 1978/80 não foram realizados planos quinquenais em função de a Índia estar passando por crises econômicas.

Por outro lado, fica clara, na tabela 2, a estabilidade do fluxo comercial com o exterior após a adoção das inovações político econômicas, sofrendo aumento apenas no fim da década de 80.

**TABELA 2: Taxa de cresc. do PIB e do fluxo comercial indiano, 1970/71 a 1989/90 (%)**

Ano	PIB	Exportações*	Importações*	Saldo comercial
1970/71	5,0	3,3	3,3	0,0
1971/72	1,0	3,3	3,3	0,0
1972/73	-0,3	3,6	3,1	0,5
1973/74	4,6	3,8	3,7	0,1
1974/75	1,2	4,3	4,3	0,0
1975/76	9,0	4,8	4,9	-0,1
1976/77	1,2	5,7	4,1	1,6
1977/78	7,5	5,3	4,4	0,9
1978/79	5,5	5,2	4,7	0,5
1979/80	-5,2	5,3	4,9	0,4
1980/81	7,2	4,7	5,1	-0,4
1981/82	6,0	4,5	5,0	-0,5
1982/83	3,1	4,0	4,6	-0,6
1983/84	7,7	3,7	5,0	-1,3
1984/85	4,3	4,0	4,8	-0,8
1985/86	4,5	3,7	5,3	-1,6
1986/87	4,3	3,9	5,6	-1,7
1987/88	3,8	4,2	5,1	-0,9
1988/89	10,5	4,7	5,7	-1,0
1989/90	6,7	5,5	6,0	-0

Fonte: Panagariya (2004a)

Nota: importação e exportação como % do PIB desconsiderando o petróleo.

Nesse período, as tentativas de abertura econômica ao capitalismo internacional não foram aprofundadas. Por isso, pode-se dizer que o governo de Indira Gandhi, na

década de 1980, foi basicamente voltado para o fomento do crescimento econômico, com o abandono das políticas populistas e incentivo aos negócios.

A morte de Indira, em 1984, traz Rajiv Gandhi ao poder. Rajiv continua o caminho político econômico adotado pelo governo anterior, avançando ainda mais em certos aspectos. Com esse objetivo, as restrições à expansão da capacidade industrial, o controle de preços e as taxas corporativas são reduzidos, provocando breve aumento da taxa de crescimento. Nesse sentido, ele implementa diversas medidas fundamentais para a superação do atraso econômico, tais como eliminação gradual dos licenciamentos industriais e das licenças de importação, incentivos às exportações, redução dos direitos de monopólio do governo na importação de itens estratégicos e mini-reforma tributária, com redução ou isenção de impostos sobre o valor adicionado dos insumos produzidos no mercado interno ou importados.

Além disso, promoveu-se o desenvolvimento tecnológico no país e buscou-se uma aproximação com os Estados Unidos. Contudo, os *déficits* fiscais aumentaram, e a situação da conta corrente piorou, um cenário que é prejudicado ainda mais quando a balança de pagamentos indiana chega à crise devido à queda da União Soviética, principal parceira comercial até então. A crise exigiu empréstimos de U\$ 1,8 bilhões do FMI e a adoção imediata de reformas que contornassem a situação sensível da economia da Índia.

Apesar dos indicadores negativos, esse período representou o rompimento com o protecionismo de uma indústria ineficiente e pouco competitiva no mercado internacional e a adoção de uma nova estratégia de crescimento que influenciou positivamente a eficiência e o comportamento dos investimentos, contribuindo para o aumento da taxa de crescimento. Contudo, é importante ressaltar que o crescimento industrial dos anos 1980 não aumentou significativamente, encontrando-se nos patamares das décadas de 1950 e 1960. Portanto, as taxas relevantes de crescimento se deram em função das altas taxas de investimento e do aumento da produtividade industrial, facilitados pelos investimentos públicos.

## 5 A REFORMA MACROECONÔMICA ( 1991 – 2010)

A década de 1990 traz modificações na condução das políticas macroeconômicas na Índia. O novo direcionamento era voltado para a abertura comercial e para a liberalização econômica visando atrair investimentos estrangeiros e fomentar a dinamização da economia do país. Os resultados foram visíveis e suas repercussões continuam no século XXI.

### 5.1 A reforma de 1991

Após o governo de Rajiv Gandhi, a Índia passa a ser governada pela *Janata Dal*, coalizão de partidos oposicionistas em aliança com a ala esquerdista indiana, que se opõe à globalização, à privatização e aos investimentos estrangeiros e ao partido *Bharatiya Janata*, de orientação nacionalista hindu e também favorável aos negócios e ao desenvolvimento econômico. Essa aliança falha, e o poder é assumido pela nova aliança do *Janata Dal*, apoiado pelo Partido do Congresso, que também é substituída, em 1991, quando o próprio Partido do Congresso volta ao comando do governo federal.

Essa década de volatilidade governamental inicial foi marcada pela adoção de um conjunto de medidas econômicas reformistas que modificaram tanto a política industrial indiana quanto as relações externas. A crise na Balança de Pagamentos da Índia, ocorrida em 1991 em decorrência das falhas de uma condução político-econômica semi-socialista incentivou ainda mais o país a recorrer a um empréstimo de US\$ 1,8 bilhões do FMI e, conseqüentemente, a adotar uma reforma econômica, liderada pelo Partido do Congresso. O governo imediatamente criou medidas estabilizantes, reduzindo o *déficit* fiscal e a desvalorizando a rúpia em 25%, a fim de cobrir o *déficit* em conta corrente.

Além disso, medidas que continuam o ensaio reformista de 1980 recebem fôlego, facilitadas, em grande parte, pela confiança do setor privado na capacidade estatal demonstrada na década anterior. Nesse sentido, o fim do sistema de licenças *Raj*, a busca da auto-suficiência e a racionalização da estrutura de impostos foram acompanhados da liberalização do setor financeiro, com esforços de privatização, a fim de aumentar a competição. Alguns autores acreditam que essas medidas caracterizaram

um período de abertura comercial indiana, em que o país adota o liberalismo econômico como novo princípio norteador na busca pelo desenvolvimento econômico. No entanto, essa abertura ocorreu de forma parcial, sendo marcada mais pelo pensamento pró-crescimento do que a favor do liberalismo.

Mesmo assim, fica claro que o setor externo sofreu modificações em comparação com o governo dos Gandhi da década anterior. A crescente liberalização econômica que guiou o país a um sistema parcialmente voltado para o mercado aberto aos investimentos e ao comércio internacional trouxe o abandono do conjunto de licenças *Raj* (que bloqueavam o crescimento industrial, as importações e os investimentos)<sup>13</sup>, junto do fim dos monopólios públicos, da redução drástica de tarifas, da desvalorização cambial e do afrouxamento de restrições aos investimentos estrangeiros. Isso possibilitou o aumento dos IEDs e mergulhou o país em uma via de desenvolvimento econômico veloz e constante, acompanhado de melhorias na expectativa de vida e na taxa de alfabetização.

A própria decisão do Estado de reduzir restrições ao liberalismo, citada anteriormente, não foi o único motivo da adoção dessa direção da economia indiana. Além do fomento interno à abertura comercial, a conjuntura internacional forçava o governo a se dirigir ao caminho mais próximo ao *laissez-faire*<sup>14</sup>. Entre os principais elementos externos que possibilitaram esse direcionamento, está a queda da União Soviética. Essa mudança no sistema internacional teve graves consequências para a economia da Índia, a qual tinha, na URSS, um parceiro comercial importante, do qual obtinha armamentos e uma ampla variedade de bens. O fim do país socialista provocou declínio substancial das exportações indianas e apurou a necessidade de liberalização, a fim de se encontrar novos parceiros comerciais e aliados militares. Nesse contexto, a Índia se aproxima dos Estados Unidos, do qual obtinha bens e capital.

---

<sup>13</sup> RAMANI, S. Economic Development in India: A personal view. Institut National de la Recherche Agronomique. 2005. p.9-10.

<sup>14</sup> KHOLI, A. Politics of Economic Growth in India: 1980 – 2005. Economic and Political Weekly, 2006. p. 1362.

Outro fator relevante para a mudança liberalizante foi a percepção de que a Organização Mundial do Comércio se concretizaria (o que realmente aconteceu, em 1994) e a Índia deveria fazer parte da mesma, respeitando exigências de liberalização que forçariam a redução de barreiras comerciais. Portanto, o governo adiantou o cumprimento de algumas exigências futuras da organização, a fim de facilitar a introdução da Índia no novo regime internacional de trocas que tomava forma.

Contudo, é importante ressaltar que os índices resultantes da reforma econômica foram dramáticos para os padrões indianos enquanto que, para os padrões internacionais, a abertura econômica da Índia foi apenas parcial e modesta. As tarifas comerciais se encontravam em 30% - entre as mais altas do mundo -, as trocas com o exterior abarcavam 25% do PIB e os investimentos estrangeiros alcançaram U\$ 4 bilhões, números que são extremamente positivos em comparação com o passado indiano, mas quase insignificantes em termos mundiais. Mesmo assim, é indiscutível o fato de que realmente houve maior liberalização indiana, tanto instigada por decisão interna quanto por fatores externos.

As tabelas 3 e 4 explicitam os argumentos acima e revelam que o crescimento econômico após as reformas político-econômicas de 1991 foi marcado pela liberalização das trocas – evidenciada pelo crescimento do comércio exterior – e pelo aumento dos investimentos privados com diminuição da participação governamental.



**TABELA 3: Indicadores pós- Reforma Econômica (1990 – 2004)**

Ano	Cresci- mento do PIB*	Crescimen- to Industrial*	Formação de Capital		Crescimen- to de energia gerada*	Comércio de Exterior**	
			Setor Privado	Setor Público		Exp.	Imp.
<b>1990-1991</b>	5,6	7,0	13,9	9,0	9,6	6,2	9,4
<b>1991-1992</b>	1,3	-1,0	12,9	9,2	4,0	7,3	8,3
<b>1992-1993</b>	5,1	4,3	14,2	8,2	4,8	7,8	10,2
<b>1993-1994</b>	5,9	5,6	13,4	8,0	5,0	8,1	9,6
<b>1994-1995</b>	7,3	10,3	13,2	8,8	6,1	8,1	10,9
<b>1995-1996</b>	7,3	12,3	16,7	7,7	5,8	8,9	12,0
<b>1996-1997</b>	7,8	7,7	15,9	6,9	3,5	8,6	12,3
<b>1997-1998</b>	4,8	3,8	15,3	6,4	3,4	8,5	12,2
<b>1998-1999</b>	6,5	3,8	15,1	6,5	4,6	8,3	11,5
<b>1999-2000</b>	6,1	4,9	15,6	6,2	5,0	8,4	12,4
<b>2000-2001</b>	4,0	7,0	15,9	6,0	4,6	9,9	12,7
<b>2001-2002</b>	4,4	3,7	16,2	5,9	4,0	9,4	11,8
<b>2002-2003</b>	5,8	6,3	16,6	5,6	5,0	10,6	12,7
<b>2003-2004</b>	8,5	6,6	16,8	6,0	6,5	10,8	13,3
<b>Média</b>	5,7	5,9	15,2	7,2	5,1	8,6	11,4

Fonte: Economic Survey, Governo da Índia, <http://indiabudget.nic>

\*Dados em porcentagem

\*\*Dados em porcentagem do PIB

A tabela 4 possibilita a confirmação de que as reformas econômicas de 1991 realmente possibilitaram maior abertura comercial, fato que é evidenciado nos índices crescentes de exportações e importações. Enquanto as exportações alcançavam US\$ 18.477 milhões e as importações, US\$ 27.915 milhões no início das reformas, as trocas aumentaram expressivamente para US\$ 127.090 milhões e US\$ 191.995 milhões,

respectivamente, em 2006. Ou seja, o comércio com o exterior aumentou mais de 550%, exemplificando o real caráter relativamente liberalizante das reformas adotadas.

**TABELA 4: Balança comercial e taxa anual de cresc. real do PIB indiano, 1990/2007(%)**

Ano	PIB	Exportações*	Importações*	Saldo Comercial*
<b>1990-1991</b>	5,6	18.477	27.915	-9.438
<b>1991-1992</b>	1,3	18.266	21.064	-2.798
<b>1992-1993</b>	5,1	18.869	24.316	-5.447
<b>1993-1994</b>	5,9	22.683	26.739	-4.056
<b>1994-1995</b>	7,3	26.855	35.904	-9.049
<b>1995-1996</b>	7,3	32.310	43.670	-11.360
<b>1996-1997</b>	7,8	34.133	48.948	-14.815
<b>1997-1998</b>	4,8	35.680	51.187	-15.507
<b>1998-1999</b>	6,5	34.298	47.544	-13.246
<b>1999-2000</b>	6,1	37.542	55.383	-17.841
<b>2000-2001</b>	4,0	45.452	57.912	-12.460
<b>2001-2002</b>	4,4	44.703	56.277	-11.574
<b>2002-2003</b>	5,8	53.774	64.464	-10.690
<b>2003-2004</b>	8,5	66.285	80.003	-13.718
<b>2004-2005</b>	7,5	85.206	118.908	-33.702
<b>2005-2006</b>	9,0	105.152	156.993	-51.841
<b>2006-2007</b>	9,4	127.090	191.995	-64.905

Fonte: Reserve Bank of India(2007)

\*em milhões de dólares

Esse desempenho favorável resulta da combinação de três fatores: i) continuidade das reformas estruturais iniciadas nos anos 1980 para propiciar o aumento da produtividade na economia; ii) política macroeconômica voltada ao crescimento e à

geração de empregos; e iii) uma visão estratégica de longo prazo, que mantém o planejamento e a presença do Estado em setores economicamente pouco atrativos à livre iniciativa, no sentido de fomento da indústria, do comércio, da tecnologia, da educação e da infra-estrutura, além da expansão do déficit fiscal que impulsiona o crescimento econômico indiano ainda mais. Esse processo ocorreu através da atuação favorável do governo no sentido de fomento da indústria, do comércio, da tecnologia, da educação e da infra-estrutura, além da expansão do déficit fiscal que impulsiona o crescimento econômico indiano ainda mais.

## 6 OBSTÁCULOS AO CRESCIMENTO ECONÔMICO

O crescimento indiano se processou sem a alteração da política econômica, de maneira a se adaptar às novas condições que surjam. Isso porque as medidas adotadas em 1991 não foram acompanhadas de novas decisões econômicas que suplantem as falhas que se apresentam no sistema indiano. Ou seja, as medidas fiscais, administrativas, financeiras, comerciais, industriais, agrícolas, trabalhistas e infra-estruturais iniciadas na década de 90 precisam ser aperfeiçoadas a fim de superar os obstáculos impostos pelo sistema de castas, pela corrupção e pelo sistema político. Esses obstáculos ainda prendem a Índia à pobreza, à ruralização e à concentração de renda.

As taxas de pobreza ainda são preocupantes, pois o país tem 34,7% de sua população vivendo com menos de 1 dólar dia, e 79,9% com dois dólares dia,<sup>15</sup> em 2002, por mais que o custo de vida seja bem mais baixo. O emprego formal atinge 20% da população e o país tem necessidade de criar ao menos 10 milhões de empregos por ano<sup>16</sup>. Em termos demográficos, a população indiana passou de 395 milhões entre 1950/1995, para 1.100 bilhão em 2005, embora a taxa bruta de natalidade (por mil) tenha caído de 45,4 para 22,5 em 2005<sup>17</sup>.

---

<sup>15</sup> LIMA, Marcos Costa; *Índia: avanços, problemas e perspectivas*. Disponível no link [http://www.ufmg.br/cei/wp-content/uploads/artigo\\_india\\_itamaraty\\_1\\_marcos\\_costa\\_lima.doc](http://www.ufmg.br/cei/wp-content/uploads/artigo_india_itamaraty_1_marcos_costa_lima.doc).

<sup>16</sup> IDEM.

<sup>17</sup> IBDEM.

O declínio do investimento público, incentivado pela dificuldade encontrada pelo governo em aumentar impostos e, conseqüentemente, suas receitas, têm se apresentado como um elemento importante de restrição ao crescimento indiano. Isso porque os gastos governamentais incluem investimentos em infra-estrutura e geração de demanda. Com a redução dos gastos em infra-estrutura, o capital estrangeiro e os investidores privados não encontram incentivos para ampliar ou iniciar plantas industriais. Esse ponto de estrangulamento infra-estrutural que restringe o crescimento industrial se revela na queda crescente da participação da indústria no PIB, em benefício do setor de serviços – essa alta da participação no setor terciário, em detrimento do crescimento do setor industrial leva alguns autores a falarem numa “nova desindustrialização indiana”, dessa vez, advinda de motivos diferentes da ocorrida na época da dominação britânica.

Além disso, a diminuição dos gastos governamentais contraria a trilha considerada necessária para manter ou acelerar o crescimento industrial indiano. Nesse sentido, ao invés de promover a distribuição de renda a fim de fomentar a geração de demanda por produtos industrializados, o governo indiano se retrai no combate à pobreza. A Índia cresce em termos de PIB, mas a renda proveniente desse crescimento precisa ser melhor investida em metas desenvolvimentistas básicas que eliminem os obstáculos já citados. Por isso, para manter o ritmo de crescimento a altas taxas, a Índia deve passar por uma nova onda de reformas político-econômicas que se foquem na melhoria da educação, saúde e outros serviços sociais, além da criação de infra-estrutura necessária para comportar o desenvolvimento a taxas chinesas. Essa nova onda deve contar com maior nível de investimentos públicos através do aumento de impostos e da redução de subsídios, além de combater a corrupção, o conflito entre poder central e governos locais, e a má distribuição de recursos.

## **7 PERSPECTIVAS PARA O FUTURO**

Segundo alguns estudos, a população indiana ultrapassará a população chinesa em 2030. A população indiana urbana saltará, de 285 milhões de habitantes, em 1980, para 700 milhões em 2025, e, no mesmo ano, a participação da agricultura no PIB

deverá ser de 10%.<sup>18</sup> Devem ser analisadas as tabelas 5 e 6, que seguem. Através da tabela 5, é possível comparar a variação da porcentagem da população urbana, em relação à população total, em alguns países, entre 1990 e 2005. Já pela tabela 6, vemos que, em 2000, a porcentagem da agricultura no PIB indiano foi 27%, da indústria de 27% e dos serviços de 46%, o que exemplifica, também, a grande importância do setor terciário na economia indiana.

**TABELA 5<sup>19</sup>: População Total e População Urbana como % da Pop. Total**

Países	População Total (milhão)			População Urbana (%)		
	1990	2000	2005	1990	2000	2005
<b>China</b>	1.115	1.273	1.315	27.4	35.8	40.4
<b>Coréia</b>	43	47	48	73.2	79.6	80.8
<b>Rússia</b>	148	146	143	75.4	73.4	73.0
<b>Índia</b>	849	1.021	1.103	25.5	27.7	28.7
<b>Japão</b>	123	127	128	63.1	65.2	65.8

Fonte: UN/ESCAP Economic and Social Survey 2007

**TABELA 6<sup>20</sup>: Análise setorial do PIB em 2000 (%)**

País/ Setor	Agricultura	Indústria	Serviços
<b>Índia</b>	27	27	46
<b>China</b>	16	49	34
<b>Indonésia</b>	17	47	36

Fonte: Chauvin, 2003, p.23

<sup>18</sup> LIMA, Marcos Costa; *Índia: avanços, problemas e perspectivas*. Disponível no link [http://www.ufmg.br/cei/wp-content/uploads/artigo\\_india\\_itamaraty\\_1\\_marcos\\_costa\\_lima.doc](http://www.ufmg.br/cei/wp-content/uploads/artigo_india_itamaraty_1_marcos_costa_lima.doc).

<sup>19</sup> LIMA, Marcos Costa; *Índia: avanços, problemas e perspectivas*. Disponível no link [http://www.ufmg.br/cei/wp-content/uploads/artigo\\_india\\_itamaraty\\_1\\_marcos\\_costa\\_lima.doc](http://www.ufmg.br/cei/wp-content/uploads/artigo_india_itamaraty_1_marcos_costa_lima.doc).

<sup>20</sup> BARBOSA, Marcel Jaroski; *Crescimento Econômico da Índia antes e depois das reformas de 1985/1993*. Porto Alegre: PUCRS: 2008.

Um levantamento feito pelo Goldman Sachs, com relação aos BRIC, prevê um crescimento em torno dos 5,8% a.a. para a Índia nos próximos 30 anos. No caso da China, por exemplo, haverá um ritmo maior do crescimento entre 2010 e 2015, que tenderá a decrescer, para atingir 3,0% em torno de 2040-2050<sup>21</sup>.

Nesse sentido, são apresentados também dois cenários para o futuro. Um é chamado *Bollywood*, que prevê uma globalização extrema, centrada nos serviços de informática, com crescimento que exclui as áreas rurais e a mão-de-obra não qualificada. Este crescimento seria grande até por volta de 2015, após, com a exclusão e o aumento da desigualdade – que já é enorme – tenderia a ser cada vez menor. O outro cenário é o *Pahala Índia*, o qual procuraria abordar da mesma forma a integração internacional rápida e o crescimento includente, diminuindo a desigualdade, através de uma política econômica ativa que reinveste os dividendos da globalização em programas de saúde, educação, e de luta contra a pobreza, de infra-estrutura física, em suma, de bom governo interno e de boa relação com os países vizinhos. Todavia, ainda é incerto dizer qual destes dois cenários irá se sobressair.

## 8 CONCLUSÃO

Mesmo apresentando índices modestos, a economia indiana apresenta crescimento médio de 6% a.a., o que coloca o país entre as economias que mais crescem no mundo. As exportações cresceram continuamente e a situação da balança de pagamentos melhorou consideravelmente desde a implementação das reformas de 1991. No entanto, as reformas iniciadas na década de 1990 não evoluíram suficientemente no sentido de suprir as falhas que a economia indiana já apresentava e que, hoje, se revelam como pontos de estrangulamento que podem estar limitando o crescimento econômico acelerado.

A Índia possui méritos inegáveis quanto à arquitetura de políticas que soube tirar proveito de um conjunto único e exclusivo de qualidades, agregando-se a ela tecnologias vindas do exterior. O país que tinha todas as condições para ficar confinado

---

<sup>21</sup> LIMA, Marcos Costa; *Índia: avanços, problemas e perspectivas*. Disponível no link [http://www.ufmg.br/cei/wp-content/uploads/artigo\\_india\\_itamaraty\\_1\\_marcos\\_costa\\_lima.doc](http://www.ufmg.br/cei/wp-content/uploads/artigo_india_itamaraty_1_marcos_costa_lima.doc).

às condições iniciais de isolamento e subdesenvolvimento, logrou transformar sua economia, atrair investimentos externos de qualidade e construir uma indústria capaz de competir entre as mais fortes do mundo através de políticas apropriadas.

Cabe, contudo ressaltar, que o padrão heterogêneo – em termos econômicos e humanos, entre os estados e classes sociais – de desenvolvimento em que se inclui ainda é um gargalo sério a ser superado, ainda se levarmos em consideração as proporções da economia e população indianas. O país precisa, urgentemente, buscar fontes para o aumento das competências estaduais, de maneira a distribuir mais equitativamente a alta renda que gera. A Índia de 1950 era uma Índia uniforme e medíocre. Ora, cinquenta anos e um crescimento extraordinário depois, ela é uma Índia dicotômica, com realidades flagrantemente díspares e antagônicas, com desempenhos mais relacionados às capacidades específicas de cada Estado seu e às oportunidades que eles criam, que fez crescer, mas não “distribuiu o bolo”.

Assim, é absolutamente necessário que as reformas continuem e, inclusive, sejam redirecionadas, de maneiras a atender às demandas da Índia atual, que cresce e tem perspectivas de crescer a índices invejáveis nos próximos 30 anos, mas que ainda é vacilante e titubeia quando se trata de fazer este crescimento se reverte em benesses e melhorias para sua população, sobretudo, no que diz respeito a uma distribuição de renda mais equânime. É necessário, ainda, e não menos importante, que o Estado indiano tome a responsabilidade de fazer reformas não só econômicas, mas também estruturais, isto é, na infra-estrutura interna – como nas rodovias, que são o principal meio de transporte do país, mas já obsoletas e mal conservadas – na formação de mão-de-obra qualificada, na saúde e no saneamento básico – o que parece ser o “calcanhar e Aquiles” da política de saúde pública indiana, pois o país conta com um dos piores sistema de saneamento básico e coleta de lixo do mundo, sendo conseqüência, inclusive, de questões culturais e religiosas -, entre outros vários setores. O importante é ter a certeza de que, a Índia de hoje, em muitos aspectos, é muito mais desenvolvida e inserida internacionalmente que na época da Independência, ou do que há 30 anos atrás. Contudo, há a necessidade de se desenvolver muito mais e em muitos outros aspectos

do que o puramente econômico, se o país quiser acompanhar os demais países da região e do mundo. O caminho a percorrer, portanto, não é menos longo que o já caminhado.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Marcel Jaroski. *Crescimento Econômico da Índia antes e depois das reformas de 1985/1993*. Porto Alegre: PUCRS, 2008.

BARRO, Robert J. & McCLEARY, Rachel M. *Religion and economic growth across countries*. *American Sociological Review*, Vol. 68, No. 5: 2003: p. 760-781.

FERNANDES, L. *India's New Middle Class: Democratic Politics in an Era of Economic Reform*. University of Minnesota Press, 2006.

GORRILL, J. *Indian Social and Business Culture*. Intercultural Communication, World Factbook, Londres, 2007.

KAK, S. A Note on Caste. *Annals of the Bhandarkar Oriental Research Institute*, vol. 77, 1996.

KELA, S. *Caste, Class and Politics in Contemporary India*. 2000.

KENNISTON, K. *Can the Cultures of India Survive the Information Age?* Delhi, 2002.

KHOLI, A. *Politics of Economic Growth in India: 1980 – 2005*. *Economic and Political Weekly*, 2006.

LIMA, Marcos Costa. *Índia: avanços, problemas e perspectivas*. Disponível em [http://www.ufmg.br/cei/wp-content/uploads/artigo\\_india\\_itamaraty\\_1\\_marcos\\_costa\\_lima.doc](http://www.ufmg.br/cei/wp-content/uploads/artigo_india_itamaraty_1_marcos_costa_lima.doc).

PIANNA, A.; *O Desenvolvimento Econômico, Tecnológico e Industrial recente na Índia: Origens, causas e perspectivas*. Disponível em: [http://200.145.76.116/producao2/monografia/arquivos/180108Monografia\\_Analise.pdf](http://200.145.76.116/producao2/monografia/arquivos/180108Monografia_Analise.pdf)

RAMANI, S. *Economic Development in India: A personal view*. Institut National de la Recherche Agronomique. 2005

SHAPIRO, M. *Asian Culture Brief: India*. NTAC-AAPI Culture Brief Series, vol. 2, n. 4, 2003.



SRIDHARAN, E. Coalition Politics in India: Types, Duration, Theory and Comparison. ISAS Working Paper, n.50, Cingapura, 2008.

VAID, D. Caste and Class in India – An Analysis. Paper for CIQLE Workshop, 2007.

VELASCO, S. Reformas Econômicas na Índia: Discurso e Processo. Economia Política Internacional: Análise Estratégica, n. 7, 2005.

VIEIRA, F. & VERÍSSIMO, M. Crescimento Econômico em economias emergentes selecionadas: Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC) e África do Sul. Economia e Sociedade, vol. 18, n.3, Campinas, 2009.

*China and India: a tale of two vulnerable economies.* The Economist.2008

*India as a global power?* Deutsche Bank Research. 2005.

*India's Economy at the Midnight Hour: Australia's India Strategy.* EAST ASIA ANALYTICAL UNIT, Department of Foreign Affairs and Trade. 1994

*Sistema de Partidos en Índia,* disponível em <http://www.bibliojuridica.org/libros/2/529/6.pdf> .

*Sistema político indiano,* disponível no link <http://www.bibliojuridica.org/libros/2/529/4.pdf> .

Banco Central da Índia. Disponível em: <http://www.rbi.org.in/home.aspx> .

Base de dados do FMI sobre a Índia. Disponível em: <http://www.imf.org/external/country/ind/index.htm> .

Gráficos State of Indian Economy. Disponível em: <http://www.rediff.com/money/2005/feb/25bud-kbk.htm> .

*Artigo recebido dia 24 de janeiro de 2011. Aprovado dia 10 de março de 2011.*

## **RESUMO**

O artigo analisa a construção política indiana desde a dominação britânica, durante o colonialismo, e as reformas macroeconômicas ocorridas na Índia, principalmente, a partir de 1990, explicitando as principais modificações na condução político-econômica introduzidas por Indira Gandhi e por seu sucessor, Rajiv Gandhi, ainda na década de 1980. A partir dessa análise, o presente trabalho conclui que a emergência econômica indiana no século XXI é um produto do conjunto de reformas iniciadas nos anos 80 com o objetivo de ampliar a liberalização econômica, a abertura comercial e os investimentos diretos estrangeiros (IDE) no país. Finalmente, demonstra-se a necessidade de continuidade e aperfeiçoamento dessas mudanças a fim de que o país alcance um crescimento sócio-econômico e um desenvolvimento industrial sustentável.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Índia; reformas macroeconômicas; abertura comercial; IDE; crescimento econômico.

## **ABSTRACT**

The article analyzes the Indian political construction under British domination, during the imperialism, and the macroeconomic reforms that have occurred in India, especially since 1990, highlighting the major modifications conducted by Indira Gandhi and her successor, Rajiv Gandhi, in India's economic policies since the 1980's. Based on that analysis, this study concludes that the Indian economic ascension in the 21<sup>st</sup> century is a product of the set of reforms initiated in the 80s, with the objective of increasing economic liberalization, trade liberalization and foreign direct investment (FDI) in the country. Finally, it demonstrates the need for continuity and improvement of these changes so that India achieves a socio-economic growth and a sustainable industrial development.

## **KEYWORDS**

India; macroeconomic reforms; trade liberalization; FDI; economic growth.